

2020

manual de  
*Direito das*  
**COISAS**

Marcelo Milagres



editora  
D'PLÁCIDO

manual de

---

*Direito das*  
**COISAS**



2020

manual de  
*Direito das*  
**COISAS**

Marcelo Milagres





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Marcelo de Oliveira Milagres.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Nathalia Torres

*Diagramação* Nathalia Torres

#### Catálogo na Publicação (CIP)

---

M637 Milagres, Marcelo de Oliveira  
Manual de direito das coisas / Marcelo de Oliveira Milagres. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
428 p.

ISBN 978-65-5059-088-8

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito das coisas. I. Título.

CDDir: 342.12

---

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO  
D'PLÁCIDO



# SUMÁRIO

Prefácio.....	15
Apresentação.....	19
<b>1. Direito patrimonial: entre coisas e bens.....</b>	<b>23</b>
1.1. Direito das coisas ou direitos reais?.....	23
1.2. Coisas e bens.....	28
1.3. Patrimônio.....	32
1.4. Direitos reais e direitos obrigacionais.....	35
1.5. As obrigações <i>propter rem</i> : figuras mistas.....	40
1.6. A taxatividade e a tipicidade dos direitos reais.....	41
1.7. Classificação dos direitos reais.....	51
1.8. Novos desafios: Direito dos bens.....	52
<b>2. Posse.....</b>	<b>57</b>
2.1. Considerações iniciais.....	57
2.2. Natureza jurídica: teorias.....	60
2.2.1. Teoria subjetiva da posse.....	61
2.2.2. Teoria objetiva da posse.....	61
2.2.3. Para além de Savigny e Jhering; teoria socioeconômica da posse.....	63
2.3. Objeto da posse.....	68

2.4. Posse, detenção e tença.....	73
2.5. Classificação da posse.....	76
2.5.1. Posse natural e posse civil .....	76
2.5.2. Ius possessionis e ius possidendi.....	77
2.5.3. Direta e indireta.....	78
2.5.4. Posse justa e posse injusta.....	79
2.5.5. Posse com justo título e posse sem justo título.....	81
2.5.6. Posse nova e posse velha.....	82
2.5.7. Posse de boa-fé e posse de má-fé.....	82
2.5.8. Posse exclusiva e composesse.....	83
2.5.9. Posse ad interdicta e posse ad usucapionem.....	84
2.6. Aquisição, conservação, modificação e extinção.....	87
2.6.1. Capacidade para possuir.....	87
2.6.2. Aquisição pelo próprio possuidor ou por terceiro.....	88
2.6.3. Aquisição originária e aquisição derivada.....	89
2.6.4. Aquisição a título singular e aquisição a título universal.....	90
2.6.5. Aquisição inter vivos e aquisição mortis causa.....	90
2.6.6. Aquisição por interservação da posse.....	91
2.6.7. Conservação e modificação da posse.....	92
2.6.8. Extinção da posse.....	93
2.7. Efeitos da posse.....	94
2.7.1. Efeitos econômicos da posse.....	97
2.7.2. Efeitos aquisitivos da posse.....	101
2.7.3. Efeitos protetivos da posse.....	101
<b>3. Tutela da posse.....</b>	<b>103</b>
3.1. Autotutela: legítima defesa e desforço imediato .....	104
3.2. Defesa processual da posse: ações possessórias e ações petitórias.....	105
3.3. Ações possessórias típicas.....	107

3.3.1. Natureza da ação possessória.....	107
3.3.2. Legitimidade para as possessórias.....	107
3.3.3. Causa de pedir.....	108
3.3.4. Pedidos.....	108
3.3.5. Procedimentos.....	109
3.4. Ações possessórias no CPC de 1973 e no CPC de 2015.....	110
3.5. Ações possessórias atípicas .....	115
3.5.1. Imissão na posse.....	115
3.5.2. Reivindicatória .....	115
3.5.3. Nunciação de obra nova.....	116
3.5.4. Embargos de terceiro.....	117
3.5.5. Dano infecto.....	118
3.6. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares.....	118
<b>4. Usucapião.....</b>	<b>127</b>
4.1. Considerações iniciais.....	127
4.2. Aquisição originária ou derivada.....	129
4.3. Efeitos práticos: aquisição originária ou aquisição derivada.....	133
4.4. Elementos essenciais e elementos acidentais.....	134
4.4.1. Elementos essenciais.....	134
4.4.2. Elementos acidentais.....	135
4.4.3. Controvérsias acerca do tema.....	136
4.5. Objeto do usucapião.....	138
4.6. Modalidades de usucapião imobiliário.....	139
4.6.1. Usucapião extraordinário.....	140
4.6.2. Usucapião ordinário.....	141
4.6.3. Usucapião especial rural ou pro labore.....	142
4.6.4. Usucapião especial urbano.....	144
4.6.4.1. Especial urbano individual.....	144



4.6.4.2. Especial urbano coletivo.....	146
4.6.4.3. Especial familiar ou por meação.....	148
4.6.5. Usucapião indígena.....	155
4.6.6. Usucapião em favor das comunidades quilombolas.....	155
4.6.7. “Usucapião administrativo”.....	157
4.7. Modalidades de usucapião mobiliário.....	158
4.8. Procedimento de usucapião .....	158
<b>5. Propriedade.....</b>	<b>165</b>
5.1. Propriedade e direito de propriedade.....	165
5.2. Direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro.....	171
5.2.1. Direito de propriedade na Constituição da República de 1988.....	172
5.2.2. Direito de propriedade no Código Civil brasileiro.....	173
5.3. Função social da propriedade, atos emulativos e abuso do direito de propriedade.....	175
5.4. Objeto da propriedade.....	184
5.5. Desapropriação e requisição.....	184
5.6. Desapropriação privada ou desapropriação judicial indireta.....	186
5.6.1. Sujeito da posse: autonomia privada.....	188
5.6.2. Objeto de incidência: extensa área.....	189
5.6.3. Posse de boa-fé.....	190
5.6.4. Posse ininterrupta por mais de cinco anos .....	193
5.6.5. Obras e serviços de interesse social e econômico relevante .....	194
5.6.6. Problema da indenização.....	196
5.6.7. Titularidade e legitimidade ampliadas.....	201
5.6.8. Procedimento .....	207
5.7. Extensão vertical ou espacial da propriedade .....	212
5.8. Limitações, restrições e limites à propriedade.....	213

5.9. Descoberta.....	214
5.10. Aquisição da propriedade.....	216
5.10.1. Aquisição imobiliária.....	217
5.10.1.1. Aquisição pelo registro do título aquisitivo.....	217
5.10.1.1.1. Modalidades de sistemas registrários de propriedade imobiliária.....	222
5.10.1.1.2. Legalidade, publicidade e continuidade do registro imobiliário.....	222
5.10.1.1.3. Escrituração. Matrícula. Registro. Averbação.....	223
5.10.1.1.4. Livros.....	226
5.10.1.1.5. Registros e averbações.....	227
5.10.1.1.6. Processo de registro.....	227
5.10.1.1.7. Retificação e cancelamento .....	228
5.10.1.2. Acessões.....	228
5.10.1.3. Acessões naturais.....	230
5.10.1.3.1. Formação de ilhas.....	230
5.10.1.3.2. Aluvião.....	231
5.10.1.3.3. Avulsão.....	231
5.10.1.3.4. Abandono de álveo.....	232
5.10.1.4. Acessões artificiais: construções e plantações.....	233
5.10.1.5. Aquisição imobiliária originária e regularização fundiária.....	236
5.10.2. Aquisição mobiliária.....	238
5.10.2.1. Tradição.....	238
5.10.2.2. Ocupação.....	240
5.10.2.3. Achado do Tesouro.....	241
5.10.2.4. Especificação.....	241
5.10.2.5. Confusão, comistão e adjunção.....	242
5.10.3. Bens móveis e bens culturais.....	242

5.11. Tutela da propriedade.....	243
5.12. Propriedade resolúvel.....	251
5.13. Propriedade aparente.....	253
5.14. Extinção do direito de propriedade.....	255
<b>6. Direitos de vizinhança.....</b>	<b>259</b>
6.1. Noções gerais.....	259
6.2. Uso abusivo do domínio.....	261
6.3. Árvores limítrofes.....	264
6.4. Passagem forçada.....	265
6.5. Passagem de cabos e tubulações.....	267
6.6. Águas.....	268
6.7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	270
6.8. Direito de construir.....	273
<b>7. Condomínio.....</b>	<b>281</b>
7.1. Comunhão e condomínio.....	281
7.2. Direitos e deveres dos condôminos no condomínio voluntário.....	283
7.3. Administração e divisão do condomínio voluntário.....	284
7.4. Condomínio necessário.....	286
<b>8. Condomínio edilício e condomínios específicos.....</b>	<b>287</b>
8.1. Conceito. Natureza jurídica.....	287
8.2. Instituição.....	289
8.3. Convenção e regimento interno.....	294
8.3.1. Direitos e deveres básicos dos condôminos.....	298
8.3.2. Condôminos nocivo e antissocial.....	301
8.3.3. Realização de obras.....	304
8.3.4. Administração do condomínio.....	305
8.3.5. Assembleias: espécies, convocação, deliberação e formalidades.....	307

8.4. Responsabilidade civil.....	310
8.5. Extinção do condomínio edilício.....	312
8.6. Condomínio de lotes, loteamento de acesso controlado, condomínio de casas e condomínio urbano simples.....	313
8.7. Condomínio em multipropriedade.....	319
8.8. Fundo de Investimento.....	323
<b>9. Enfiteseuse.....</b>	<b>327</b>
9.1. Disposições gerais.....	327
9.2. Direitos e obrigações.....	328
9.3. Extinção.....	330
9.4. Enfiteseuse de bens da União Federal.....	330
<b>10. Direito real de superfície e direito real de laje.....</b>	<b>333</b>
10.1. Noções gerais do direito real de superfície.....	333
10.2. Características do direito real de superfície.....	336
10.3. Hipóteses de extinção do direito de superfície.....	340
10.4. Direito de superfície e institutos afins.....	341
10.5. Direito real de laje.....	342
<b>11. Direito real de servidão.....</b>	<b>349</b>
11.1. Conceito. Elementos. Fontes.....	349
11.2. Classificação.....	351
11.3. Características e exercício das servidões.....	352
11.4. Extinção.....	354
<b>12. Usufruto, uso, habitação, concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.....</b>	<b>357</b>
12.1. Usufruto: conceito, objeto e características.....	357
12.1.1. Modos de constituição do usufruto.....	360

12.1.2. Direitos e deveres do usufrutuário.....	362
12.1.3. Extinção.....	363
12.2. Uso.....	364
12.3. Habitação.....	365
12.4. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	367
12.5. Concessão de direito real de uso.....	369
<b>13. Direito real à aquisição: Direito do promitente comprador.....</b>	<b>371</b>
13.1. Considerações gerais.....	371
13.2. Direito real à aquisição: requisitos.....	373
13.3. Direito real à aquisição e extinção contratual.....	375
13.4. Promessa de compra e venda não registrada.....	377
<b>14. Penhor, hipoteca e anticrese.....</b>	<b>381</b>
14.1. Introdução.....	381
14.2. Direito real em garantia: alienação fiduciária.....	383
14.3. Penhor, Hipoteca e anticrese: disposições gerais.....	387
14.4. Penhor.....	392
14.4.1. Direitos e deveres do credor pignoratício.....	394
14.4.2. Penhor rural.....	395
14.4.3. Penhor industrial e mercantil.....	397
14.4.4. Penhor de direitos e títulos de crédito.....	397
14.4.5. Penhor de veículos.....	400
14.4.6. Penhor legal.....	401
14.4.7. Extinção do penhor.....	403
14.5. Hipoteca.....	404
14.5.1. Hipoteca legal.....	408
14.5.2. Hipoteca judicial.....	409
14.5.3. Registro da hipoteca.....	410

14.5.4. Extinção da hipoteca.....	411
14.5.5. Promessa de compra e venda, hipoteca e a Súmula 308 do STJ.....	413
14.6. Anticrese.....	415
<b>Referências.....</b>	<b>419</b>



## PREFÁCIO

Recebi das mãos do ilustre e estimado colega de Departamento na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Marcelo de Oliveira Milagres, os originais de seu “Manual de Direito das Coisas”, com o pedido de prefaciá-lo.

Confesso que não sei dizer que sentimento mais me dominou quando aceitei a missão, se o de honra, gratidão, alegria ou orgulho. Em verdade, todos se combinaram e invadiram a minh'alma desde o momento em que comecei a leitura da obra.

Honra porque vi, na escolha, um voto de confiança de seu autor. E gozar da confiança do Professor Marcelo de Oliveira Milagres, sem dúvida, é uma grande honraria porquanto sua pessoa reúne todas as virtudes que o tornam um dos mais prestigiados profissionais e admirados professores de Direito Civil dos tempos atuais.

Gratidão, pois, pela generosidade do autor, tive o privilégio de conhecer a presente obra em sua versão primeira, antes de ser lançada ao grande público. Na condição de prefaciante, pude participar desse singular momento de produção e de socialização do resultado de um projeto, de um sonho. Escrever é revelar-se às pessoas e à sociedade, é deixar o registro sobre o que se ama, sobre o que se pensa e se acredita. Essa obra é, assim, uma feliz e significativa revelação das ideias e pensamentos do Professor Marcelo de Oliveira Milagres, metodologicamente alinhavados ao longo de quase duas décadas de sua trajetória acadêmica, com que lança luzes sobre tão árido caminho que é o do Direito das Coisas.

Alegria porque a leitura da obra me proporcionou uma volta aos primórdios de minha carreira no magistério quando lecionava a disciplina de Direito das Coisas na graduação da Faculdade de Direito da UFMG.



Uma viagem que contemplou (i) a retomada do debate acerca da nomenclatura Direito das Coisas ou Direitos Reais; (ii) o tratamento das figuras mistas, da taxatividade e tipicidade dos direitos reais; (iii) a recordação das teorias da posse, seus efeitos e sua proteção, passando por Savigny, Ihering até a teoria socioeconômica da posse; (iv) a revisitação da usucapião e suas mais variadas espécies, algumas das quais sequer existiam naquele tempo, revelando que o Direito das Coisas é dinâmico e está em franca transformação; (v) a visão da propriedade e sua função social no século XXI; (vi) a recordação dos direitos de vizinhança e as limitações ao direito de propriedade; (vii) o resgate e redimensionamento do condomínio e suas espécies, com destaque para duas recentes inovações – a multipropriedade (Lei 13.777/2018) e o Fundo e Investimento (introduzido pela Lei 13.874/2019); (viii) a compreensão do direito real de superfície, do direito real de laje e dos demais direitos reais. Enfim, um momento de grande aprendizado em que foi possível retomar a consciência de quão imenso é o Direito, e de quão impossível é dominá-lo.

E nessa viagem no tempo, recordei-me das lições de Frédéric Bastiat<sup>1</sup>, extraídas da mais recente edição de sua obra:

“Recebemos de Deus o dom que para nós inclui todos: a vida – a vida física, intelectual e moral.

Porém, a vida não se sustenta sozinha. Aquele que a deu a nós nos deixou o encargo de mantê-la, de desenvolvê-la, de aperfeiçoá-la.

Para isso, Deus nos proveu de um conjunto de faculdades maravilhosas; mergulhou-nos num ambiente de elementos diversos. É pela aplicação das nossas faculdades a esses elementos que se realiza o fenômeno da assimilação, da apropriação, pelo qual a vida percorre o círculo que lhe foi designado.

Existência, Faculdades, Assimilação – em outros termos, Personalidade, Liberdade, Propriedade – eis o homem.”

A passagem retrata a importância do Direito das Coisas e de se bem pensá-lo, sempre nos lembrando nessa tarefa que “não é porque os homens promulgaram Leis que a Personalidade, a Liberdade e a Propriedade existem. Pelo contrário, é porque a Personalidade, a Liberdade e a Propriedade preexistem que os homens fazem Leis.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> BASTIAT, Frédéric. *A Lei*. São Paulo: LVM Editora, 2019, p. 41-42.

<sup>2</sup> IDEM, P. 42.

À importância do Direito das Coisas corresponde, em igual medida, a sua complexidade. Todos aqueles que já fizeram uma incursão por essa seara bem conhecem a sua dificuldade e aridez. Tal dado é destacado no presente Manual logo em suas primeiras páginas ao invocar as lições de Martinho Garcez:

“Martinho Garcez, em comentário ao Projeto do Código Civil de 1916, destaca que o Direito das Coisas é a parte mais difícil do Direito Civil, é a base da grandeza social e da felicidade humana, porquanto, sem recursos materiais, não pode o ser humano desenvolver a sua inteligência, organizar-se.”

Se a advertência inicial pode assustar a um leitor menos persistente ou estimular aqueles que se movem por desafios, o certo é que qualquer deles, à medida que mergulha nas páginas que se seguem, descobre ao final da travessia não apenas que o direito das coisas não parece “a parte mais difícil do Direito Civil”, mas quão interessante e essencial é para nossas vidas.

Exatamente por isso, pode-se dizer, que a obra sintetiza um exemplar desempenho de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, uma criteriosa sistematização dos temas e um corajoso enfrentamento dos mais tormentosos e atualíssimos problemas, a partir de exemplos práticos que melhor ilustram as questões e auxiliam na sua compreensão.

O seu autor, ao se valer de uma linguagem técnica, objetiva e transparente, para discorrer sobre os principais temas do Direito das Coisas, imprime ao texto toda a sua experiência didática e vivência prática, que tem lhe garantido o reconhecimento sistemático de seus alunos de graduação.

Por fim, é motivo de sincero orgulho testemunhar o resultado de toda a dedicação, compromisso e talento do Professor Marcelo de Oliveira Milagres. O autor, sem dúvida, brinda a literatura jurídica nacional com contribuição doutrinária que, em boa hora editada pela D’Plácido, será de real utilidade tanto para os que, na vida acadêmica, se dedicam ao estudo do Direito das Coisas, como para os que se ocupam de sua aplicação.

Belo Horizonte, janeiro de 2020.

*Juliana Cordeiro de Faria*  
Professora Associada da Faculdade de  
Direito da UFMG. Advogada.





## APRESENTAÇÃO

Nesses quase 19 anos de magistério e observando a sugestão de grandes mestres, venho escrevendo e rescrevendo as minhas aulas de Direito das Coisas. Nos últimos anos, vários alunos de graduação e pós-graduação têm me solicitado a publicação dessas aulas, seja em formato de apostilas, seja em extratos de textos já publicados.

Assim, incentivado pelos estudantes e encorajado pelos colegas, resolvi melhor sistematizar essas aulas, bem como atualizar escritos já publicados, como o livro *Direito à Moradia*, resultado da minha tese de doutoramento, tudo com o propósito de apresentar este despretensioso *Manual de Direito das Coisas*, que, sem afastar a necessária leitura dos doutrinadores de ontem, de hoje e de sempre, possa alcançar todo o conteúdo da disciplina e, principalmente, contribuir para o debate de temas de direito patrimonial.

Na elaboração desta obra, utilizei como ponto de partida disposições do Código Civil brasileiro de 2002. No decorrer do texto, as menções a Código Civil se referem a esse atual diploma legislativo. Contudo, quando se mostrou necessário, não me descurei de fazer referências à Constituição da República, ao Código Civil de 1916, à legislação processual e a outras leis específicas, bem como a julgados e lições dos mais diversos doutrinadores, nacionais e estrangeiros, clássicos e atuais.

A obra conta com exposições de doutrinadores estrangeiros, mormente franceses, portugueses e italianos, em razão da influência em nosso ordenamento jurídico.

Embora primando pela maior objetividade do texto, optei por citações e notas de rodapé, que, além de contribuírem para o melhor

aclaramento das ideias expostas, servem de sugestões de leituras de aprofundamento, permitindo novas pesquisas, construções e respostas aos mais diversos e dinâmicos problemas do nosso tempo. É infindável a busca de soluções para os mais diversos e complexos temas de direito patrimonial.

Conquanto limitada e imprecisa qualquer palavra de agradecimento que eu lhes possa endereçar, devo, sinceramente, agradecer a todos aqueles que contribuíram para a construção desta obra. São muitos. Vivencio o risco de nomeá-los.

Agradeço aos amigos, funcionários e professores da Faculdade de Direito Milton Campos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Università degli Studi di Verona. Agradeço, particularmente, aos professores da Faculdade de Direito da UFMG, com os quais compartilho, atual e diariamente, os desafios do magistério. Renovo votos de profunda gratidão aos professores do Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial, que muito me incentivaram na conclusão deste trabalho, particularmente à Professora Doutora Juliana Cordeiro de Faria, nossa atual Chefe Departamental, e aos Professores Doutores Edgard Audomar Marx Neto e Elena de Carvalho Gomes, que contribuíram com ricos e memoráveis debates e leituras imprescindíveis. Ao Professor Doutor Edson Kiyoshi Nacata Júnior agradeço a paciente leitura dos originais, as críticas e as sugestões valiosas. Registro o privilégio da convivência amigável e profissional, compartilhando na UFMG a cadeira de Direito das Coisas.

Aos eternos amigos do Banco Central do Brasil.

Aos magistrados, advogados, defensores, membros e servidores do Ministério Público brasileiro, particularmente do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Minas Gerais) e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A todos os estudantes, da graduação e da pós-graduação, que, diariamente, renovam meu entusiasmo para novas pesquisas.

Agradeço o elevado cuidado e a generosidade de Fabíola Cardoso, que, com competência, revisou toda a obra.

Aos meus amigos e familiares, destacadamente meus pais, Hélio e Nair, minha esposa, Betina, e meu filho, Bernardo, com os quais, muitas vezes, não pude vivenciar momentos de vida, seja pelas viagens de trabalho, aulas, leituras infindáveis, seja pelas mais diversas e outras atividades profissionais. Saibam que há muito mais nesse mundo para além do Direito. Existem vocês. Agradeço a paciência, a motivação, a compreensão, o exemplo e o amor.

Aguardo todas as críticas ao trabalho que se apresenta, com a expectativa da alegria do debate e do constante aprimoramento.

*Marcelo Milagres*  
mmilagres@ufmg.br





Recebi das mãos do ilustre e estimado colega de Departamento na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Marcelo de Oliveira Milagres, os originais de seu "Manual de Direito das Coisas", com o pedido de prefaciá-lo.

Confesso que não sei dizer que sentimento mais me dominou quando aceitei a missão, se o de honra, gratidão, alegria ou orgulho. Em verdade, todos se combinaram e invadiram a minh'alma desde o momento em que comecei a leitura da obra. Honra porque vi, na escolha, um voto de confiança de seu autor. E gozar da confiança do Professor Marcelo de Oliveira Milagres, sem dúvida, é uma grande honraria porquanto sua pessoa reúne todas as virtudes que o tornam um dos mais prestigiados profissionais e admirados professores de Direito Civil dos tempos atuais. [...] Exatamente por isso, pode-se dizer, que a obra sintetiza um exemplar desempenho de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, uma criteriosa sistematização dos temas e um corajoso enfrentamento dos mais tormentosos e atualíssimos problemas, a partir de exemplos práticos que melhor ilustram as questões e auxiliam na sua compreensão.

O seu autor, ao se valer de uma linguagem técnica, objetiva e transparente, para discorrer sobre os principais temas do Direito das Coisas, imprime ao texto toda a sua experiência didática e vivência prática, que tem lhe garantido o reconhecimento sistemático de seus alunos de graduação.

Por fim, é motivo de sincero orgulho testemunhar o resultado de toda a dedicação, compromisso e talento do Professor Marcelo de Oliveira Milagres. O autor, sem dúvida, brinda a literatura jurídica nacional com contribuição doutrinária que, em boa hora editada pela D'Plácido, será de real utilidade tanto para os que, na vida acadêmica, se dedicam ao estudo do Direito das Coisas, como para os que se ocupam de sua aplicação."

*Juliana Cordeiro de Faria*  
*Professora Associada da Faculdade de Direito*  
*da UFMG. Advogada.*

